



UFRN-Assessoria de Imprensa

DCE

SINOPSE DOS JORNALIS

Maternidade vai implantar técnica do bebê de proveta

Dentro de poucos meses será conhecido o primeiro bebê de proveta nascido em Natal. A partir de abril, a Maternidade Escola Januário Cicco vai começar a usar a técnica de fertilização In Vitro, já amplamente conhecida em nível nacional, ajudando casais com problemas a poderem gerar filhos. Segundo o médico Kléber Moraes, o laboratório está praticamente pronto, e já começa a ser feita a seleção dos casais que vão ser beneficiados.

A implantação deste novo serviço vem sendo encarada como mais uma vitória da comunidade científica no Estado, pelo fato de conseguirem trabalhar com esta técnica num hospital público, onde são atendidas mensalmente centenas de pacientes carentes, além de darem mais um passo rumo a modernidade. "Será uma alternativa à mais para as pacientes que não têm filhos, e também para os maridos portadores de oligospermia, ou seja, baixo número de

espermatozoides", disse.

De acordo com o médico, a equipe será formada pelos próprios profissionais que já trabalham na Maternidade, conhecidos da população, como os médicos Ivis Bezerra, Iaperi Araújo, Socorro Melo e outros. Hoje à tarde, estará em Natal participando do 3º Congresso Norte-Nordeste de Reprodução Humana, o médico francês René Frydman, pioneiro na França em fertilização In Vitro, em 1981, e professor de Kléber Moraes que esteve naquele País. O congresso reúne cerca de 900 profissionais.

Para Kléber Moraes, toda capital do Brasil deveria ter pelo menos um centro de fertilização In Vitro, mas reconhece que a implantação de um laboratório é caro, sobretudo porque a maioria dos materiais e equipamentos é importado. No caso do serviço na Maternidade Januário Cicco, informou que o tratamento é gratuito, mas a paciente precisa comprar alguns



Foto:

Kléber: casais vão ser selecionados para experiência medicamentos para conseguir ser uma decisão muito uma superovulação. "Tem que da", disse.

Estudantes vão lembrar ocupação

A ocupação do prédio da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que hoje completa dez anos, foi um exemplo de maturidade do movimento estudantil organizado. Essa é a opinião do vereador petista, Fernando Mineiro, um dos líderes da ocupação que fez das confortáveis poltronas do gabinete do então reitor Genivaldo Barros, cama de campanha, durante seis dias.

Revoltados com a portaria do Mec, de número 62, de fevereiro de 1984, que instituiu a retirada de subsídios do Governo Federal para o Restaurante Universitário, os universitários de malas, colchonetes nas costas e até fogões portáteis, invadiram as dependências da Reitoria. Mineiro faz um paralelo daquele período e hoje: "O movimento estudantil era organizado e expressivo e a sociedade tinha um nível de participação muito grande nas lutas nacionais, ao contrário de hoje, em que o alheamento é grande".

Ditadura — Mineiro que era um ativo militante do movimento estudantil de esquerda, fazia o curso de Biologia, abrindo a frente de ocupação junto com Christian Vasconcelos, Hugo Manso, Soraia Godeiro, Manoel Mafra, José Evangelista, Fernando Antônio Santos, Hermínio Brito e Edmilson Lopes. Entre as lembranças dos vários apoios, o vereador cita também o grande centro cultural que a ocupação se transformou com apresentação de peças teatrais, música e contando com a presença constante do padre Penha.

Programação — Os dez anos serão lembrados hoje. Pela manhã haverá apresentação de grupos de capoeira e declamação de poesia popular, na Reitoria. À noite, na Faculdade de Farmácia, haverá palestras sobre Autonomia das Moradias Estudantis. Amanhã será exposição de fotografias e palestras sobre a Crise na Educação Brasileira.

Roda Viva

REITORÁVEL - O professor Melquisedec Costa Ferreira está sendo estimulado a

Cooperativa Cultural faz eleição hoje

Das 9 até ao meio-dia de hoje no auditório da Biblioteca Central (Campus Universitário) teremos a realização da Assembléia Geral Ordinária da Cooperativa Cultural com a presença de inúmeros sócios daquela instituição. Na pauta da Assembléia, a apresentação do Balanço das Atividades do ano de 1993/94 e a eleição do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal da entidade com a chapa única **Compromisso Cultural** encabeçada pelo professor José Willigton Germano e Janilson Cunha respectivamente. Fazem ainda parte da chapa, os professores Hermanno Machado, Pedro Vicente da Costa Sobrinho, Tarcísio Gurgel, Maria da Conceição de Almeida Moura e Dalcly da Silva Cruz.

JORNALISMO-RECIFE - Os alunos de todos os períodos do curso de Jornalismo da UFRN vão para Recife no dia 4. A galera vai participar de um seminário que comemora os 10 anos da Revista de Comunicação. No roteiro tem ainda um visita ao mestre Ariano Suassuna.

Professor e aluno saem em defesa do ensino público

Apesar de toda a crise que passa o ensino público, na qual está inserida a Universidade Brasileira, a maioria dos dirigentes de escolas, professores e alunos defende a manutenção da educação pública e gratuita, não como um privilégio do Governo, mas sim como obrigação e dever do Estado de bem formar cidadãos e profissionais das mais diversas áreas. Mas, como em toda região há exceção, existe um grupo de professores que defende a privatização da Universidade, como forma de melhorar a qualidade da instituição.

Na semana passada a questão da privatização foi abordada pelo professor e vice-chefe do Departamento de Comunicação da UFRN, Marcos Aurélio de Sa, no artigo "Pelo ensino superior pago", publicado no Boletim do CCHLA/UFRN, no qual defende a privatização, como forma de melhorar a qualidade do ensino, cobrando dos alunos que podem pagar, e provocando uma maior pressão pela melhoria dos diversos cursos. A visão de Marcos Aurélio não é compartilhada pela maioria dos que fazem a comunidade universitária, achando que ele aborda a questão de forma

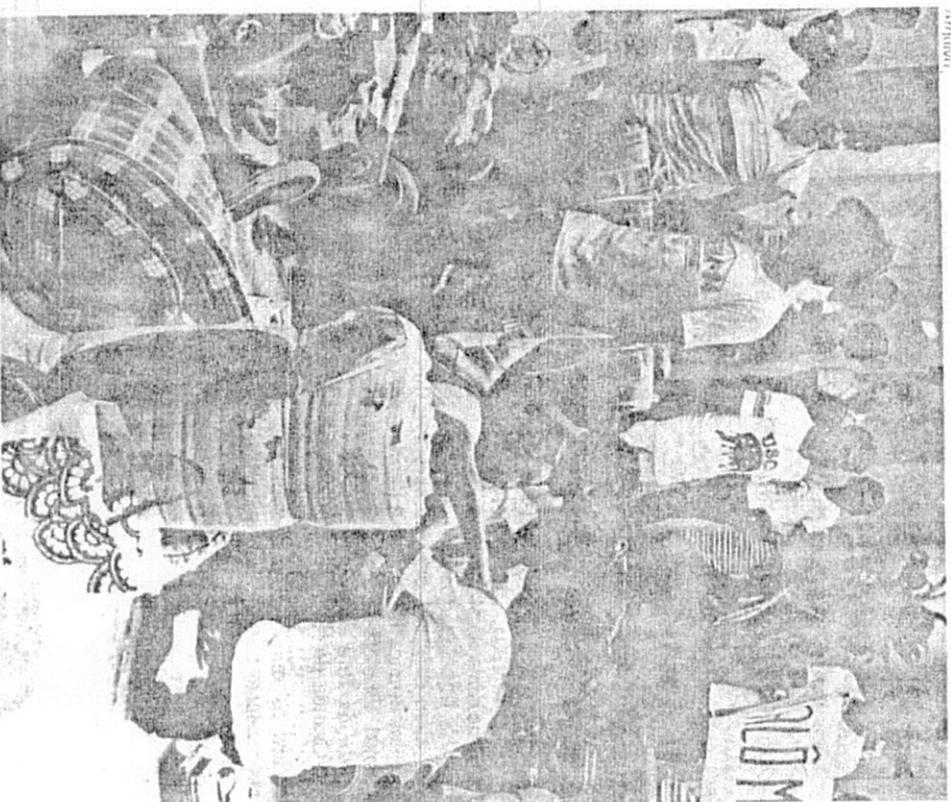
distorcida.

Opiniões — O vice-reitor da UFRN, professor João Felipe da Trindade, acha que o ensino tem que ser público, principalmente num País carente como o nosso. "Problema na Educação existem, mas não é a privatização que poderá resolver", relatou, acrescentando que a grande maioria das pesquisas feitas no âmbito universitário são nas instituições públicas, exatamente por receberem um pouco mais de verbas a nível nacional. O estudante de Ciências Sociais, Gaspar Leiros, acha que a privatização seria o fim da Educação. "É um absurdo", protestou.

A condição de diretor da Uniprec, uma das maiores escolas privadas do Estado, não é motivo suficiente para mudar a opinião do professor Mizaél Barreto, que se declarou favorável ao ensino público e gratuito. "É uma oportunidade de acesso superior", disse, acrescentando que paralelamente a escola privada funciona como uma opção. "Se a escola pública oferecesse a qualidade necessária, certamente os alunos não procurariam as escolas privadas".

A defesa é fortalecida pelo coordenador de um curso de José Vilela. "O ensino de um modo geral está deficiente, mas não se pode acusar A ou B por causa disso, a não ser a própria estrutura do Governo", relatou, considerando a educação e o ensino como dever do Estado. Para o presidente da Associação dos Docentes da UFRN, Ricardo Ferreira, a visão de quem defende a privatização é distorcida e ultrapassada. "No fundo defendem o projeto neoliberal, que visa a minização do Estado, para isso restringe os direitos básicos do cidadão, como educação, saúde e transporte".

Em meio a toda esta polémica, a estudante Keylla Simon Mesquita, 18, foi a única a defender a privatização. "Com o ensino pago talvez melhores a qualidade. Os professores reclamam que ganham mal, não dão aula direito, e às vezes passa a semana sem aparecer". Para ela, que faz Contabilidade, mas está frequentando cursinho para fazer no VESTIBULAR para Direito, é preciso ver também a questão dos estudantes que não tem condições de pagar. "Hoje, infelizmente, universidade é lugar para quem tem dinheiro".



Invasão da Reitoria em 1984: um marco da luta pela democratiz

Professor e aluno saem em defesa do ensino público

Apesar de toda a crise que passa o ensino público, na qual está inserida a Universidade Brasileira, a maioria dos dirigentes de escolas, professores e alunos defende a manutenção da educação pública e gratuita, não como um privilégio do Governo, mas sim como obrigação e dever do Estado de bem formar cidadãos e profissionais das mais diversas áreas. Mas, como em toda região há exceção, existe um grupo de professores que defende a privatização da Universidade, como forma de melhorar a qualidade da instituição.

Na semana passada a questão da privatização foi abordada pelo professor e vice-chefe do Departamento de Comunicação da UFRN, Marcos Aurélio de Sa, no artigo "Pelo ensino superior pago", publicado no Boletim do CCHLA/UFRN, no qual defende a privatização, como forma de melhorar a qualidade do ensino, cobrando dos alunos que podem pagar, e provocando uma maior pressão pela melhoria dos diversos cursos. A visão de Marcos Aurélio não é compartilhada pela maioria dos que fazem a comunidade universitária, achando que ele aborda a questão de forma

distorcida.

Opiniões — O vice-reitor da UFRN, professor João Felipe da Trindade, acha que o ensino tem que ser público, principalmente num País carente como o nosso. "Problema na Educação existem, mas não é a privatização que poderá resolver", relatou, acrescentando que a grande maioria das pesquisas feitas no âmbito universitário são nas instituições públicas, exatamente por receberem um pouco mais de verbas a nível nacional. O estudante de Ciências Sociais, Gaspar Leiros, acha que a privatização seria o fim da Educação. "É um absurdo", protestou.

A condição de diretor da Unipac, uma das maiores escolas privadas do Estado, não é motivo suficiente para mudar a opinião do professor Mizael Barreto, que se declarou favorável ao ensino público e gratuito. "É uma oportunidade de acesso superior", disse, acrescentando que paralelamente a escola privada funciona como uma opção. "Se a escola pública oferecesse a qualidade necessária, certamente os alunos não procurariam as escolas privadas".

A defesa é fortalecida pelo coordenador de um cursinho, José Vilela. "O ensino de um modo geral está deficiente, mas não se pode acusar A ou B por causa disso, a não ser a própria estrutura do Governo", relatou, considerando a educação e o ensino como dever do Estado. Para o presidente da Associação dos Docentes da UFRN, Ricardo Ferreira, a visão de quem defende a privatização é distorcida e ultrapassada. "No fundo defendem o projeto neoliberal, que visa a minização do Estado, para isso restringe os direitos básicos do cidadão, como educação, saúde e transporte".

Em meio a toda esta polêmica, a estudante Keylla Simon Mesquita, 18, foi a única a defender a privatização. "Com o ensino pago talvez melhores a qualidade. Os professores reclamam que ganham mal, não dão aula direito, e às vezes passa a semana sem aparecer". Para ela, que faz Contabilidade, mas está frequentando cursinho para fazer no VESTIBULAR para Direito, é preciso ver também a questão dos estudantes que não tem condições de pagar. "Hoje, infelizmente, universidade é lugar para quem tem dinheiro".



Invasão da Reitoria em 1984: um marco da luta pela democratização

Ditadura favoreceu pesquisa científica

■ Tese de professor gaúcho mostra que Sarney e Collor baixaram padrão universitário

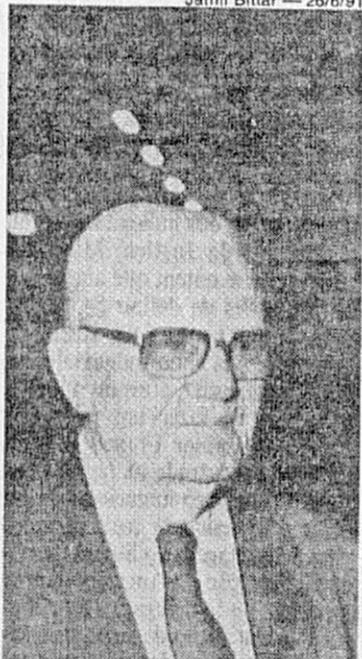
OSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — A democracia não é, necessariamente, garantia de uma expansão e democratização das oportunidades educacionais e da produção científica e tecnológica. Mais do que isto, "em plena ditadura militar no Brasil ocorreu uma expansão significativa das atividades educacionais e científico-tecnológicas", apesar da repressão paralela, como expurgos e prisões nas comunidades universitárias. A obra e polêmica análise é feita pelo Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Enno Liedke Filho, autor de uma série de pesquisas, análises e artigos sobre o assunto e que continua acompanhando a questão.

Ironicamente, afirma Liedke, após a democratização do país, especialmente no "neoliberalismo caçóelo" do governo Collor, "o ensino e a área científica deixaram de ter qualquer prioridade e foram relegados a um segundo plano". Ainda agora, o governo Itamar Franco, apesar da boa vontade de alguns setores, não consegue estabelecer políticas concretas para a educação, Ciência e Tecnologia. Vivemos atualmente num modelo democrático com regressão científica, tecnológica e cultural, o qual se inclui o setor educacional", diz o professor.

Com 43 anos de idade, mestre em Sociologia pela Universidade de Brasília e Doutor em Sociologia pela Universidade de Brown, nos Estados Unidos, Enno Liedke salienta que nos chamados anos de chumbo a ditadura militar permitiu uma massificação do ensino para a classe média — embora com exclusão da maioria da população —, "em uma concentração do ensino superior em títulos de graduação". Na área de pós-graduação, a partir da Reforma Universitária autoritária de 1968/69, houve "uma rápida expansão do número de centros universitários dedicados simultaneamente ao ensino e pesquisa em

Jamil Blitar — 26/6/91



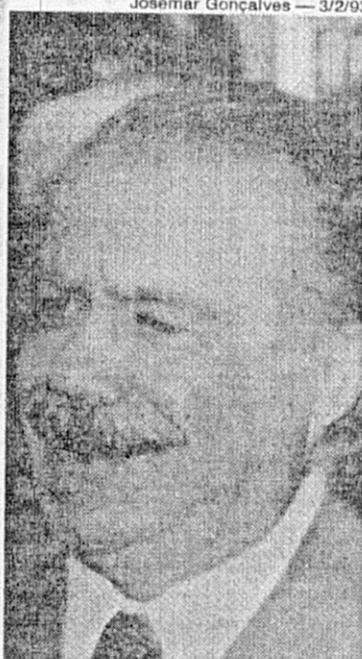
A pesquisa se expandiu com Geisel (E) e começou a decair com Sarney

várias áreas". Segundo Liedke, este incentivo ao ensino e pesquisa durante a ditadura militar decorreu, em parte, dos planos de desenvolvimento formulados pelo regime autoritário, que visavam um modelo científico-tecnológico próprio.

Tripé — Na análise do professor gaúcho, esse objetivo se torna mais claro e é acelerado acentuadamente a partir do governo Geisel, baseado no tripé desenvolvimento científico, segurança nacional e desenvolvimento social, que permitiu "a consolidação dos centros de pesquisa no Brasil". Esse tripé rompeu em parte o modelo do milagre dos presidentes militares anteriores, que se baseava no binômio desenvolvimento econômico e segurança nacional.

Os estudos do professor Liedke desmentem, assim, a concepção existente nos anos 50 e 60 de que só a democracia garantiria o desenvolvimento e a democratização do ensino e da pesquisa científica. Segundo ele, dependendo de quem governa, do período de governo e dos seus objetivos, é possível ter um de quatro modelos: democracia com aceleração do ensino e pesqui-

Josemar Gonçalves — 3/2/93



Na Argentina, modelo oposto

O contraste entre os regimes autoritários do Brasil e da Argentina, na esfera educacional e de pesquisa científica e tecnológica, reforça a conclusão de que, mesmo numa ditadura, houve casos, como o Brasil, onde ocorreu desenvolvimento daquelas áreas. No início do processo de democratização do Brasil, apesar de tudo, havia 70 cursos de graduação em Ciência Social, com ênfase na licenciatura, mas também 25 importantes centros de pós-graduação e dezenas de centros privados, em grande parte surgidos durante a ditadura militar.

Na Argentina, onde houve "um dramático obscurantismo sócio-cultural", segundo o professor Enno Liedke, só sobreviveram três dos nove cursos originais de graduação em Sociologia.

Estes centros foram muito incentivados no primeiro período de democratização da Argentina, pelo governo Alfonsín, mas igualmente, como vem ocorrendo no Brasil, "sofrem um processo de recessão de pesquisas no governo Menem", de acordo com o professor. Menem adotou igualmente o modelo neoliberal, em que, com exceção de áreas específicas, não é imprescindível o desenvolvimento tecnocientífico interno.

Segundo Enno Liedke, "a experiência autoritária nos países americanos mostrou a possibilidade de expansão econômica com ou sem expansão do sistema educacional e atividades científicas e tecnológicas". Ao contrário do regime autoritário brasileiro, que preservou e incentivou a produção científica e educacional, na ditadura militar argentina ocorreu a instauração de "um modelo antidesenvolvimentista". No Brasil também houve forte repressão, mas ao mesmo tempo a permissão e até o desenvolvimento dos centros de pesquisa universitários.

sa tecnológica; democracia com regressão da área educacional e das pesquisas científicas (como ocorreu no período de democratização do país e continua a ocorrer); ditaduras com regressão daquelas áreas (como aconteceu no regime militar argentino); e ditaduras com aceleração das áreas educacionais e científicas (como se registrou em boa parte do regime militar no Brasil).

Aqui, a democratização coincidiu com a crise econômica e as opções dos governos da Nova República causaram a redução drástica de recursos para ensino e pesquisa em todos os níveis, especialmente os centros de pós-graduação. Isso ocorreu já no final do governo de José Sarney, mas especialmente no governo Collor. Enno Liedke acredita que a reativação das atividades do CNPq e da Finep e a manutenção e expansão das atividades da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior) seriam "fundamentais para o ensino e pesquisa no Brasil, articulada com políticas firmes para expansão e democratização do ensino fundamental e de 2º grau".

Professor e aluno saem em defesa do ensino público

Apesar de toda a crise que passa o ensino público, na qual está inserida a Universidade Brasileira, a maioria dos dirigentes de escolas, professores e alunos defende a manutenção da educação pública e gratuita, não como um privilégio do Governo, mas sim como obrigação e dever do Estado de bem formar cidadãos e profissionais das mais diversas áreas. Mas, como em toda região há exceção, existe um grupo de professores que defende a privatização da Universidade, como forma de melhorar a qualidade da instituição.

Na semana passada a questão da privatização foi abordada pelo professor e vice-chefe do Departamento de Comunicação da UFRN, Marcos Aurélio de Sá, no artigo "Pelo ensino superior pago", publicado no Boletim do CCHLA/UFRN, no qual defende a privatização, como forma de melhorar a qualidade do ensino, cobrando dos alunos que podem pagar, e provocando uma maior pressão pela melhoria dos diversos cursos. A visão de Marcos Aurélio não é compartilhada pela maioria dos que fazem a comunidade universitária, achando que ele aborda a questão de forma

distorcida.

Opiniões — O vice-reitor da UFRN, professor João Felipe da Trindade, acha que o ensino tem que ser público, principalmente num País carente como o nosso. "Problema na Educação existem, mas não é a privatização que poderá resolver", relatou, acrescentando que a grande maioria das pesquisas feitas no âmbito universitário são nas instituições públicas, exatamente por receberem um pouco mais de verbas a nível nacional. O estudante de Ciências Sociais, Gaspar Lemos, acha que a privatização seria o fim da Educação. "É um absurdo", protestou.

A condição de diretor da Uniprec, uma das maiores escolas privadas do Estado, não é motivo suficiente para mudar a opinião do professor Mizael Barreto, que se declarou favorável ao ensino público e gratuito. "É uma oportunidade de acesso superior", disse, acrescentando que paralelamente a escola privada funciona como uma opção. "Se a escola pública oferecesse a qualidade necessária, certamente os alunos não procurariam as escolas privadas".

A defesa é fortalecida pelo coordenador de um cursinho, José Vilela. "O ensino de um modo geral está deficiente, mas não se pode acusar A ou B por causa disso, a não ser a própria estrutura do Governo", relatou, considerando a educação e o ensino como dever do Estado. Para o presidente da Associação dos Docentes da UFRN, Ricardo Ferreira, a visão de quem defende a privatização é distorcida e ultrapasada. "No fundo defendem o projeto neoliberal, que visa a minização do Estado, para isso restringe os direitos básicos do cidadão, como educação, saúde e transporte".

Em meio a toda esta polêmica, a estudante Keylla Simon Mesquita, 18, foi a única a defender a privatização. "Com o ensino pago talvez melhores a qualidade. Os professores reclamam que ganham mal, não dão aula direito, e as vezes passa a semana sem aparecer". Para ela, que faz Contabilidade, mas está frequentando cursinho para fazer no Vestibular para Direito, é preciso ver também a questão dos estudantes que não tem condições de pagar. "Hoje, infelizmente, universidade é lugar para quem tem dinheiro".



Invasão da Retoria em 1934: um marco da luta pela democratiz

Professor e aluno saem em defesa do ensino público

Toda a crise que passa pelo ensino público, na qual está insediada a Universidade Brasileira, a qual é dirigida por dirigentes de escolas, alunos e professores, defende a educação pública e não a privatização, como um privilégio do Estado, e sim como obrigação de bem formar os profissionais das mais diversas áreas. Mas, como em toda a história, existe um grupo que defende a privatização, como forma de melhorar a qualidade da

educação. A defesa é fortalecida pelo coordenador de um cursinho, José Vilela. "O ensino de um modo geral está deficiente, mas não se pode acusar A ou B por causa disso, a não ser a própria estrutura do Governo", relata, considerando a educação e o ensino como dever do Estado. Para o presidente da Associação dos Docentes da UFRN, Ricardo Ferreira, a visão de quem defende a privatização é distorcida e ultrapassada. "No fundo defendem o projeto neoliberal, que visa a minimização do Estado, para isso restringe os direitos básicos do cidadão, como educação, saúde e transporte".

Em meio a toda esta polêmica, a estudante Keylla Simon Mesquita, 18, foi a única a defender a privatização. "Com o ensino pago talvez

os professores reclamam que ganham mal, não dão aula direito, e às vezes passa a semana sem aparecer". Para ela, que faz Contabilidade, mas está frequentando cursinho para fazer novo Vestibular para Direito, é preciso ver também a questão dos estudantes que não tem condições de pagar. "Hoje, infelizmente, universidade é lugar para quem tem dinheiro".

A condição de diretor da Uniprec, uma das maiores escolas privadas do Estado, não é motivo suficiente para mudar a opinião do professor Mizael Barreto, que se declarou favorável ao ensino público e gratuito. "É uma oportunidade de acesso superior", disse, acrescentando que paralelamente a escola privada funciona como uma opção. "Se a escola pública oferecesse a qualidade necessária, certamente os alunos não procurariam as escolas privadas".

A condição de diretor da Uniprec, uma das maiores escolas privadas do Estado, não é motivo suficiente para mudar a opinião do professor Mizael Barreto, que se declarou favorável ao ensino público e gratuito. "É uma oportunidade de acesso superior", disse, acrescentando que paralelamente a escola privada funciona como uma opção. "Se a escola pública oferecesse a qualidade necessária, certamente os alunos não procurariam as escolas privadas".

A condição de diretor da Uniprec, uma das maiores escolas privadas do Estado, não é motivo suficiente para mudar a opinião do professor Mizael Barreto, que se declarou favorável ao ensino público e gratuito. "É uma oportunidade de acesso superior", disse, acrescentando que paralelamente a escola privada funciona como uma opção. "Se a escola pública oferecesse a qualidade necessária, certamente os alunos não procurariam as escolas privadas".



Invasão de - Reitoria em 1984: um marco da luta pela democratização da UFRN